

AMB apoia posicionamento da SBEM sobre decisão da Anvisa de manter controle rigoroso na prescrição de medicamentos como Ozempic e Mounjaro



A Associação Médica Brasileira (AMB) manifesta total apoio ao [posicionamento oficial da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia \(SBEM\)](#), representada por seu presidente, Dr. Neuton Dornelas, em relação à recente decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a prescrição de medicamentos agonistas do receptor de GLP-1, como semaglutida (Ozempic, Wegovy e Rybelsus), liraglutida e tirzepatida (Mounjaro).

“É imprescindível que o uso desses medicamentos seja rigidamente controlado no Brasil. Quando utilizados de forma inadequada, como vem ocorrendo, podem causar sérios riscos à saúde, além de efeitos colaterais importantes. Parabéns a Anvisa por sua decisão responsável e apoio integralmente o posicionamento firme do presidente da SBEM”, afirma o presidente da AMB, Dr. César Eduardo Fernandes.

A medida da Anvisa visa coibir o uso indiscriminado desses fármacos, garantindo que sejam prescritos apenas para pacientes que realmente necessitam, conforme as indicações médicas estabelecidas.

Segundo a agência reguladora, a prescrição deverá ser feita em receituário comum, mas em duas vias, com retenção da primeira pela farmácia. A receita deve estar legível, sem rasuras e terá validade de 90 dias e escrituração obrigatória pelas farmácias da movimentação no SNGPC (Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados), inclusive para medicamentos manipulados.

A Anvisa também estabelece que a prescrição deve conter os dados de identificação do paciente e o nome comercial do medicamento, além de posologia, dose, concentração, forma farmacêutica e quantidade prescrita.

Diretor científico da AMB alerta sobre necessidade de criar medidas para impedir avanço da precarização da formação médica, em reunião com representantes da saúde em Brasília

■ Nesta terça-feira (24), Dr. José Eduardo Dolci, diretor científico da Associação Médica Brasileira (AMB), participou de reunião em Brasília para debater, junto a outros representantes da saúde, a criação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina e a precisão de critérios técnicos para a abertura de novos cursos na área.

A discussão foi realizada por meio da [Frente Parlamentar do Empreendedorismo \(FPE\)](#), com apoio do Instituto Unidos Brasil (IUB). Os profissionais do setor têm demonstrado preocupação com a qualidade da formação médica no país.

Em sua participação, Dr. Dolci fez uma breve apresentação sobre a ‘Qualidade do Ensino e do Trabalho dos Profissionais’, com dados sobre a [Demografia Médica no Brasil 2025](#), como o rápido crescimento da oferta de médicos no país, que chegou a 250 mil nos últimos 13 anos. O professor e médico especialista também sinalizou sobre a abertura indiscriminada de escolas médicas na última década, somando hoje mais de 640 mil profissionais.

“Este cenário passa à população uma ideia equivocada e perigosa de que aumentando de forma absurda o número de egressos dos cursos de medicina traz uma boa e segura assistência médica aos cidadãos brasileiros”, disse o diretor da AMB.

Dr. Dolci também falou sobre esse crescimento desordenado da abertura de escolas de medicina, muitas vezes sem a devida estrutura e qualidade, após a criação do programa Mais Médicos, e destacou a importância da implementação do exame de proficiência como forma de proporcionar

segurança aos pacientes na hora do atendimento nas unidades de saúde.

O exame da OAB, voltado para estudantes do curso de direito, também foi pontuado durante a discussão, e utilizado como exemplo no [Projeto de Lei 2294/2024](#), que sugere a obrigatoriedade da prova para que graduados em medicina possam exercer a profissão. A avaliação busca assegurar que apenas profissionais devidamente capacitados possam atuar, como forma de proteger a população e valorizar os profissionais capacitados.

Os presentes também falaram sobre o aumento de erros médicos, suas consequências e os processos que esses deslizes podem resultar aos médicos e médicas. Ao final da reunião, a FPE decidiu agendar nova etapa de articulação entre parlamentares e representantes do segmento da saúde para que haja um debate mais estruturado e resolutivo acerca da formação médica no Brasil.

Confira a apresentação na íntegra:

- [Arquivo 1](#)
- [Arquivo 2](#)

Assessoria de Comunicação da AMB

Fonte: [AMB](#), em 26.06.2025.